



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

SÃO PAULO URBANISMO

CONCURSO PÚBLICO

005. PROVA OBJETIVA

ANALISTA ADMINISTRATIVO

(JURÍDICA)

(OPÇÃO: 005)

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- ◆ Confira seu nome e número de inscrição impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Leia a charge para responder às questões de números 01 e 02.



(Folha de S.Paulo, 01.09.2014)

01. De acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, a lacuna na fala da personagem deve ser preenchida com
- que
 - cujo
 - de que
 - ao qual
 - aonde se
02. O cenário descrito da cidade e a existência da amoreira significam
- os muitos problemas vividos por uma grande cidade, sendo a amora uma metáfora para exagerar as desilusões dos cidadãos.
 - a dificuldade de se enfrentarem os problemas urbanos, sendo a amora uma metáfora para a ideia de isolamento.
 - as diferentes facetas de um mesmo espaço urbano, sendo a amora uma metáfora para a ideia de algo bom e prazeroso.
 - as contradições próprias dos grandes centros urbanos, sendo a amora uma metáfora para reforçar a ideia de precariedade.
 - as forças que atuam na vida de uma pessoa em um espaço urbano, sendo a amora uma metáfora para a ideia de perfeição.

Leia o texto para responder às questões de números 03 a 10.

O desenvolvimento urbano orientado pelo transporte de massa

A relação direta entre desenvolvimento e transporte sempre existiu. No início do século 20, o agrupamento de atividades voltadas ao comércio e serviços no entorno de polos de transporte fez parte de um modelo de cidade. Ao final do século, o automóvel tornou-se um dos principais meios de transporte em áreas urbanas, e a acessibilidade para veículos tornou-se foco nos modelos de planejamento, perdendo força, portanto, os princípios básicos do crescimento orientado pelo transporte de massa e pelos movimentos por ele gerados.

Contudo, nos últimos anos, tem ficado mais clara a tendência de reversão desse quadro, de tal forma que sejam estimuladas as redes de transporte de massa e ciclovias, em detrimento do automóvel, criando-se, assim, a abertura necessária para a evolução dos mecanismos de melhoria dos efeitos do trânsito de passagem, no sentido de impulsionar o desenvolvimento econômico de determinada região.

Para a implantação desse conceito, alguns princípios podem e devem ser lembrados.

O primeiro deles, sem dúvida, é planejar a instalação das estações de transporte de massa e seu entorno, considerando as atividades de comércio e serviços, preferencialmente de forma integrada, tirando o máximo de proveito do volume de pessoas que transitam diariamente na região de intervenção. Importante, também, misturar as atividades nesses centros, a fim de atender as necessidades diárias das pessoas e dar-lhes a oportunidade de resolverem questões do dia a dia quando em trânsito. Neste particular, instrumentos que permitam a adoção de regras adequadas de uso e ocupação do solo a esse modelo são de extremo valor.

Uma boa ideia seria criar, no entorno dos nós de transporte, os chamados DPD (Distritos Públicos de Desenvolvimento). Trata-se de área especialmente criada a pedido dos proprietários de imóveis da região, que se dispõem a pagar voluntariamente taxas suplementares aos impostos, para a criação de serviços públicos além daqueles normalmente oferecidos pela cidade, como calçadas, paisagismo e iluminação especiais, modelos de limpeza inovadores, mais segurança, áreas de lazer diferenciadas e espaços culturais.

O gasto investido nas melhorias da região poderia ser ressarcido aos proprietários na forma de desconto no IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), proporcionalmente ao incremento oriundo da valorização criada pelo investimento dos proprietários dos imóveis.

Nesse processo, ganha a cidade, pois seriam criadas áreas diferenciadas do ponto de vista urbanístico e polos de desenvolvimento econômico. Ganha a população, que poderá usufruir espaços mais interessantes, e ganham os proprietários dos imóveis com a valorização do seu patrimônio.

(Folha de S.Paulo, 01.09.2014. Adaptado)

03. Ao analisar o desenvolvimento do transporte urbano, o texto mostra que o modelo que marcou o final do século 20

- (A) incentivou alternativas ao transporte de massa, notadamente os de transporte individual e econômico, como no caso das bicicletas em ciclovias.
- (B) centrou sua atenção na evolução dos mecanismos de melhoria dos efeitos do trânsito de passagem, para impulsionar o desenvolvimento econômico.
- (C) desvincilhou-se da prioridade no automóvel, que orientava os modelos de planejamento, para dar espaço ao transporte de massa.
- (D) deixou de considerar as questões de desenvolvimento econômico, o que prejudicou tanto o uso do automóvel quanto o dos transportes coletivos.
- (E) deixou de privilegiar as formas de transporte coletivo, contrariando, assim, os princípios básicos do crescimento orientado pelo transporte de massa.

04. É correto deduzir do texto que a instalação das estações de transporte de massa deverá

- (A) estimular o comércio local, obtendo recursos financeiros para ampliação das ruas e para o escoamento do trânsito.
- (B) potencializar a melhoria das condições de deslocamento no trânsito para as pessoas, evitando que elas desperdicem tempo.
- (C) criar novos impostos para os cidadãos, possibilitando, dessa forma, a ampliação dos espaços públicos na cidade.
- (D) proibir a circulação de grande número de pessoas, evitando que determinados centros fiquem superlotados.
- (E) criar taxas adicionais no comércio local, como forma de minimizar a concentração de pessoas nos bairros.

05. Nas passagens – em **detrim**to do automóvel – (2.º§), – **proporcionalmente** ao incremento **oriundo** da valorização – (6.º§) e – **poderá usufruir** espaços mais interessantes – (7.º§), os termos em destaque são sinônimos, respectivamente, de

- (A) prol, produzido e conquistar.
- (B) dano, originário e conhecer.
- (C) favor, causador e aproveitar.
- (D) prejuízo, proveniente e desfrutar.
- (E) substituição, conseqüente e almejar.

06. A razão por que se usa a vírgula em – ... o **automóvel tornou-se** um dos principais meios de transporte em áreas urbanas, e a **acessibilidade para veículos tornou-se** foco nos modelos de planejamento... – (1.º§) também se aplica ao seguinte enunciado:

- (A) Contudo, nos últimos anos, tem ficado mais clara a tendência de reversão desse quadro, de tal forma que sejam estimuladas as redes de transporte de massa e ciclovias... (2.º§)
- (B) O primeiro deles, sem dúvida, é planejar a instalação das estações de transporte de massa e seu entorno, considerando as atividades de comércio e serviços... (4.º§)
- (C) Trata-se de área especialmente criada a pedido dos proprietários de imóveis da região, que se dispõem a pagar voluntariamente taxas suplementares aos impostos... (5.º§)
- (D) O gasto investido nas melhorias da região poderia ser ressarcido aos proprietários na forma de desconto no IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), proporcionalmente ao incremento oriundo da valorização criada pelo investimento... (6.º§)
- (E) Ganha a população, que poderá usufruir espaços mais interessantes, e ganham os proprietários dos imóveis com a valorização do seu patrimônio. (7.º§)

07. Observe os enunciados

– Ao final do século, o **automóvel tornou-se** um dos principais meios de transporte em áreas urbanas... (1.º§)

– ... **tem ficado** mais clara a tendência de reversão desse quadro... (2.º§)

– O **gasto investido** nas melhorias da região **poderia** ser ressarcido... (6.º§)

As formas verbais destacadas expressam, correta e respectivamente, os seguintes tipos de ação:

- (A) contínua, contínua, acabada.
- (B) acabada, contínua, hipotética.
- (C) provável, acabada, contínua.
- (D) acabada, provável, futura.
- (E) hipotética, futura, provável.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

08. Assinale a alternativa correta quanto à concordância e à regência, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) Uma boa ideia seria que houvesse a criação, no entorno dos nós de transporte, os chamados DPD. Corresponde a área especialmente criada a pedido dos proprietários de imóveis da região, em disposição a pagar voluntariamente taxas extra.
- (B) Uma boa ideia seria que a criação no entorno dos nós de transporte dos chamados DPD. Refere-se de área especialmente criada a pedido dos proprietários de imóveis da região, disposto a pagar voluntariamente taxas extra.
- (C) Uma boa ideia seria que fosse criado, no entorno dos nós de transporte, os chamados DPD. Consiste em área especialmente criada a pedido dos proprietários de imóveis da região, dispostos a pagar voluntariamente taxas extras.
- (D) Uma boa ideia seria que se criassem, no entorno dos nós de transporte, os chamados DPD. Dizem respeito à área especialmente criada a pedido dos proprietários de imóveis da região, dispostos a pagar voluntariamente taxas extras.
- (E) Uma boa ideia seria que tivessem criado, no entorno dos nós de transporte, os chamados DPD. Equivalem em área especialmente criada a pedido dos proprietários de imóveis da região, com disposição a pagar voluntariamente taxas extra.

09. Na passagem – *O primeiro deles, **sem dúvida**, é planejar a instalação das estações de transporte de massa e seu entorno...* – (4.º §), a locução adverbial em destaque pode ser substituída, nesse contexto, pelo advérbio

- (A) seguramente.
- (B) provavelmente.
- (C) futuramente.
- (D) eventualmente.
- (E) possivelmente.

10. Nas estações de transporte de massa _____ serem instaladas, é preciso que _____ comércio e serviços para dar atenção _____ necessidades diárias das pessoas, garantindo a elas oportunidades de resolverem suas questões quando em trânsito.

De acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, as lacunas do enunciado devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- (A) a ... misturem-se ... a
- (B) à ... misturem-se ... às
- (C) a ... se misturem-se ... à
- (D) à ... se misturem ... às
- (E) a ... se misturem ... às

11. A competência para legislar sobre direito urbanístico é

- (A) privativa do Município, podendo ser delegada a outros entes federativos, como a União e os Estados.
- (B) concorrente, cabendo à União legislar sobre normas gerais, o que não exclui a competência complementar dos Municípios e do Distrito Federal.
- (C) exclusiva do Município, não podendo, portanto, ser delegada a qualquer outro ente federativo.
- (D) concorrente, cabendo à União legislar sobre normas gerais, o que não exclui a competência complementar dos Estados.
- (E) residual dos Estados, cabendo à União e ao Município formular normas gerais e específicas sobre as matérias, respectivamente.

12. Nas causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal, caberá

- (A) recurso extraordinário, de competência do Supremo Tribunal Federal.
- (B) recurso ordinário, de competência do Superior Tribunal de Justiça.
- (C) ação autônoma de impugnação, de competência do Superior Tribunal de Justiça.
- (D) ação direta de inconstitucionalidade, de competência do Supremo Tribunal Federal.
- (E) recurso especial, de competência do Superior Tribunal de Justiça.

- 13.** João apresenta requerimento junto à Prefeitura do Município de São Paulo, pleiteando que lhe seja informado o número de licitações, na modalidade pregão, realizadas pela São Paulo Urbanismo desde 2010. O pleito de João
- (A) não encontra previsão expressa como direito fundamental na Constituição Federal, mas, todavia, deverá ser acolhido em virtude do texto constitucional prever que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.
 - (B) é constitucionalmente previsto, pois é a todos assegurado, mediante o pagamento de taxa, o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.
 - (C) não encontra amparo constitucional, uma vez que a obtenção de certidões em repartições públicas será atendida apenas se o objeto do pedido for para defesa de direitos ou para esclarecimento de situações de interesse pessoal.
 - (D) encontra amparo constitucional, pois todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
 - (E) é constitucionalmente previsto, devendo ser respondido em 48 (quarenta e oito) horas, pois a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.
- 14.** A fiscalização do Município
- (A) será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.
 - (B) é prevista na Constituição Federal como responsabilidade das Controladorias-Gerais Municipais e dos Tribunais de Contas dos Estados ou dos Municípios, onde houver.
 - (C) será realizada pela prestação de contas anual, que ficará à disposição de qualquer contribuinte para exame, podendo ser impugnada por um terço dos eleitores do Município.
 - (D) será realizada exclusivamente pelo Tribunal de Contas Municipal, que julgará as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos.
 - (E) é de responsabilidade das Controladorias-Gerais Municipais, que deverão representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados nas contas anualmente prestadas.
- 15.** O Município reger-se-á por lei orgânica que, dentre outros, deverá observar como preceito:
- (A) o julgamento do Prefeito perante o Superior Tribunal de Justiça.
 - (B) a iniciativa popular de projetos de lei de interesse do Município, por manifestação de, pelo menos, dez por cento do eleitorado.
 - (C) a cooperação das associações representativas no planejamento municipal.
 - (D) a posse do Prefeito e do Vice-Prefeito no primeiro dia útil do ano subsequente ao da eleição.
 - (E) o total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de dois e meio por cento da receita do Município.
- 16.** Em relação à proteção do meio ambiente, prevê a Constituição Federal de 1988, que todas as unidades da Federação deverão
- (A) definir espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.
 - (B) prever condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente, que sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.
 - (C) declarar indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pela União, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.
 - (D) legislar sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.
 - (E) zelar pelo cumprimento da função social da propriedade rural, pela utilização adequada dos recursos naturais disponíveis, sob pena de desapropriação por interesse social.

17. Considerando as previsões contidas na Constituição Federal a respeito das empresas públicas, é correto afirmar que
- (A) mesmo explorando atividade econômica, elas não se sujeitarão ao regime jurídico próprio das empresas privadas quanto aos direitos e obrigações trabalhistas e tributários.
 - (B) as empresas públicas deverão observar a mesma norma geral sobre licitação e contratação de obras, serviços, compras e alienações aplicável à Administração Direta.
 - (C) essas e as sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.
 - (D) os mandatos, a avaliação de desempenho e a responsabilidade dos administradores deverão ser previstos pelos regulamentos elaborados pelo Poder Público instituidor.
 - (E) deverão ser fiscalizadas pelo Estado e pela sociedade, devendo possuir como função social o estímulo ao cooperativismo e a outras formas de associativismo.
18. O plano diretor, previsto na Constituição Federal como instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, deverá ser aprovado pela Câmara Municipal, sendo obrigatório para cidades com mais de
- (A) mil habitantes.
 - (B) cinco mil habitantes.
 - (C) dez mil habitantes.
 - (D) quinze mil habitantes.
 - (E) vinte mil habitantes.
19. Sobre as emendas à Lei Orgânica do Município de São Paulo, é correto afirmar que
- (A) poderão ser propostas por cidadãos, mediante iniciativa popular assinada por, no mínimo, 10 % (dez por cento) dos eleitores do Município.
 - (B) ela não poderá ser emendada na vigência de estado de defesa, estado de sítio ou intervenção.
 - (C) será considerada aprovada quando obtiver, em duas votações, o voto favorável de 3/5 (três quintos) dos membros da Câmara Municipal.
 - (D) uma vez aprovada, será promulgada pelo Prefeito Municipal e pela Mesa da Câmara Municipal, com o respectivo número de ordem.
 - (E) o Prefeito não possui legitimidade para propor emendas à Lei Orgânica do Município de São Paulo.
20. A Lei Orgânica do Município de São Paulo prevê, no âmbito do planejamento municipal, que deverá ser mantido um Sistema de Informações que atenderá aos princípios
- (A) da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
 - (B) da simplificação, economicidade, precisão e segurança.
 - (C) das diretrizes da política urbana, previstas no Plano Diretor Estratégico.
 - (D) da prática democrática, transparência, soberania e participação popular.
 - (E) da defesa e preservação do território e do meio ambiente do Município.
21. A respeito dos servidores municipais, dispõe a Lei Orgânica do Município que
- (A) o piso salarial será definido em comum acordo entre a Administração e a representação sindical dos servidores municipais.
 - (B) o reajuste geral da remuneração dos servidores far-se-á sempre na mesma data, podendo haver índices distintos para a Administração Direta, Autárquica e Fundacional.
 - (C) as vantagens remuneratórias de qualquer natureza poderão ser instituídas por decreto, desde que atendam efetivamente ao interesse e às exigências do serviço público.
 - (D) é assegurado o recebimento do adicional por tempo de serviço público, concedido aos vinte anos de efetivo exercício no serviço público.
 - (E) será concedida aos servidores municipais gratificação de distância de 30% (trinta por cento), pelo exercício de função em unidades de trabalho consideradas de difícil acesso.
22. A prestação de serviços e a realização de obras públicas por entidades vinculadas ao Município, ao Estado ou à União deverão
- (A) prevenir distorções e abusos no desfrute econômico da propriedade urbana.
 - (B) coibir o uso especulativo da terra como reserva de valor e recuperar para a coletividade a valorização imobiliária decorrente da ação do Poder Público.
 - (C) assegurar o adequado aproveitamento, pela atividade imobiliária, do potencial dos terrenos urbanos.
 - (D) ser obrigatoriamente submetidas ao Município para aprovação ou compatibilização recíproca.
 - (E) assegurar a justa distribuição dos ônus e encargos decorrentes das obras e serviços da infraestrutura urbana.

23. Dispõe a Lei Orgânica do Município de São Paulo que o Município poderá, na forma da lei, obter recursos junto à iniciativa privada para a construção de obras e equipamentos, por meio da
- (A) formação de consórcios urbanos.
 - (B) parceria público-privada.
 - (C) inclusão da obra ou equipamento no Plano Diretor.
 - (D) requisição urbanística.
 - (E) operação urbana.
24. Assinale a alternativa que corretamente trata do tema do transporte urbano, conforme disposto na Lei Orgânica do Município de São Paulo.
- (A) Para assegurar a continuidade do serviço de transporte urbano ou para sanar insuficiência na respectiva prestação, o Poder Público ou seu delegado poderá intervir na operação do serviço, assumindo-o total ou parcialmente.
 - (B) No planejamento e implantação do sistema de transportes urbanos de passageiros, incluídas as vias e a organização do tráfego, terão prioridade a circulação do pedestre e o transporte coletivo.
 - (C) As tarifas dos serviços públicos de transporte são de competência exclusiva do Município, devendo sua alteração, com o mínimo de trinta dias, ser divulgada amplamente para a população.
 - (D) Compete ao Município, de forma exclusiva, prestar diretamente ou mediante concessão, o transporte fretado de escolares, o serviço de táxis e lotações, fixando as respectivas tarifas.
 - (E) O sistema local de transporte deverá ser planejado, estruturado e operado de acordo com o Plano Diretor, independentemente das ações, planos e obras de outros Municípios, do Estado ou da União.
25. Em relação aos serviços públicos, prevê a Lei Orgânica do Município de São Paulo que o não cumprimento dos encargos trabalhistas, bem como das normas de saúde, higiene e segurança do trabalho e de proteção do meio ambiente, pela prestadora de serviços públicos, importará
- (A) a rescisão do contrato com direito a indenização pelo tempo faltante para o encerramento do contrato.
 - (B) multa, aplicada após regular processo administrativo, que será descontada da garantia do respectivo contratado.
 - (C) a rescisão do contrato sem direito a indenização.
 - (D) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos.
 - (E) advertência, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.
26. Prevê a Lei Orgânica do Município de São Paulo que o Município, em cooperação com o Estado e a União, promoverá a preservação, conservação, defesa, recuperação e melhoria do meio ambiente. Dentre outros instrumentos, para tal finalidade, encontra-se
- (A) a prestação de contas semestral à Câmara Municipal de São Paulo e à população.
 - (B) a realização periódica de auditoria nos sistemas de controle de qualidade do ar atmosférico no Município.
 - (C) o registro periódico anual dos recursos naturais, renováveis ou não, existentes no território do Município.
 - (D) a concessão de anistia a quem tenha praticado infração de menor potencial ofensivo às normas de proteção ambiental.
 - (E) a apresentação de Plano Diretor da limpeza urbana, mediante projeto de lei, à Câmara Municipal.

DIREITO ADMINISTRATIVO

27. “Atividade de ordem superior referida à direção suprema e geral do Estado em seu conjunto e em sua unidade, dirigida a determinar os fins da ação do Estado, a assinalar as diretrizes para as outras funções, buscando a unidade da soberania estatal” (Renato Alessi).

A definição transcrita, no âmbito do direito administrativo, corresponde ao conceito de função

- (A) jurisdicional.
 - (B) legislativa.
 - (C) executiva.
 - (D) administrativa.
 - (E) política.
28. Depois de algum tempo de divergência doutrinária e jurisprudencial, o Supremo Tribunal Federal consagrou o entendimento de que a coleta, a remoção e o tratamento ou a destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis
- (A) são serviços *uti singuli* e por isso as taxas podem ser calculadas individualizadamente.
 - (B) devem ser cobrados por meio de taxa por serem um tipo de serviço *uti universi*.
 - (C) devem ser cobrados por meio de imposto do respectivo município.
 - (D) são serviços *uti universi* e devem ser cobrados por meio de contribuição de melhoria.
 - (E) não podem ser cobrados por meio de taxa, devendo sua cobrança ser embutida no valor do IPTU do respectivo imóvel.

- 29.** Assinale a alternativa correta a respeito dos serviços públicos.
- (A) A especialização de atividades ou dos seus fins caracteriza a autarquia como forma de descentralização administrativa de serviço público.
 - (B) Não é permitida a utilização de arbitragem para a resolução de disputas derivadas do contrato administrativo.
 - (C) Os serviços públicos próprios podem ser prestados por órgãos ou entidades públicas ou por delegação a particulares.
 - (D) A encampação da concessão do serviço público depende de prévio pagamento de indenização.
 - (E) A delegação de serviço público por meio de contrato somente pode ser destinada a entidades estranhas à Administração Pública.
- 30.** Os denominados serviços sociais autônomos
- (A) fazem parte da Administração Indireta.
 - (B) são entes paraestatais.
 - (C) são entes despersonalizados.
 - (D) prestam serviço público delegado.
 - (E) são pessoas jurídicas de direito público.
- 31.** Considerando as normas constitucionais a respeito do servidor público da Administração Direta, Autárquica e Fundacional, no exercício de mandato eletivo, assinale a alternativa correta.
- (A) Tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, poderá continuar no exercício de seu cargo, emprego ou função.
 - (B) Investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, não podendo, contudo, optar pela sua remuneração.
 - (C) Investido no mandato de Vereador, havendo ou não compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
 - (D) Em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.
 - (E) Para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.
- 32.** São direitos dos servidores públicos, previstos expressamente na Constituição Federal:
- (A) relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa; e salário-mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas, e as de sua família, com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.
 - (B) garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável; e jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.
 - (C) remuneração do trabalho noturno superior à do diurno; e salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda, nos termos da lei.
 - (D) remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal; e aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei.
 - (E) adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei; e proteção em face da automação, na forma da lei.
- 33.** Nos termos do que dispõe a Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/92), é correto afirmar que
- (A) submete-se aos efeitos da Lei todo servidor público, desde que exerça cargo ou função remunerada.
 - (B) ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente público, este ficará sujeito à pena de detenção, além de reparar o dano.
 - (C) o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado, será punido com suspensão de suas funções pelo prazo de trinta dias.
 - (D) qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
 - (E) o acordo ou transação na ação de improbidade administrativa somente terá validade com o aval do representante do Ministério Público.

- 34.** O ato de aplicação de pena de suspensão a um servidor, quando, pela lei, seria cabível a pena de repreensão, é exemplo de vício do ato administrativo quanto
- (A) ao objeto.
 - (B) à competência.
 - (C) à forma.
 - (D) ao motivo.
 - (E) à finalidade.
- 35.** A pessoa jurídica FOODS Ltda. foi vencedora de uma licitação para fornecer alimentos para escolas municipais. Durante a execução do contrato, vários produtos fornecidos tiveram altos reajustes de preços em razão da suspensão de isenção de tributos federais, tornando o contrato excessivamente oneroso para o fornecedor. Nessa situação, portanto, a empresa FOODS
- (A) poderá pedir a rescisão do contrato com fundamento na teoria do fato da administração.
 - (B) poderá pedir a revisão do contrato com base na teoria do fato do príncipe.
 - (C) terá a excludente do caso fortuito como motivo justo para pedir a rescisão judicial do contrato.
 - (D) nada poderá fazer em razão da imutabilidade do contrato administrativo.
 - (E) ficará automaticamente livre para deixar de cumprir com sua obrigação contratual.
- 36.** Segundo o que estabelece, expressamente, a Lei n.º 8.666/93, as normas de licitações e contratos devem, na forma da lei, privilegiar o tratamento diferenciado e favorecido às
- (A) empresas brasileiras com sede no país.
 - (B) empresas brasileiras ou estrangeiras que empreguem em seus quadros ao menos cinco por cento de trabalhadores portadores de deficiência.
 - (C) microempresas e empresas de pequeno porte.
 - (D) empresas que utilizem sistemas de tecnologia de informação e comunicação, considerados estratégicos para o país.
 - (E) empresas públicas e sociedades de economia mista.
- 37.** No tocante à contratação de obras e serviços, a Lei n.º 8.666/93 veda incluir no objeto da licitação a obtenção de recursos financeiros para sua execução, qualquer que seja a sua origem, exceto
- (A) se as obras e serviços forem executados na modalidade de execução indireta, por meio do regime de empreitada por preço global.
 - (B) se expressamente autorizado no respectivo contrato administrativo, com a devida justificativa de que o objeto da licitação atende ao interesse público.
 - (C) nas hipóteses de contratação de serviços técnicos profissionais especializados.
 - (D) se o licitante vencedor for órgão público em qualquer das esferas da federação brasileira, nos termos da lei.
 - (E) nos casos de empreendimentos executados e explorados sob o regime de concessão, nos termos da legislação específica.
- 38.** Determinada licitação foi aberta e apareceram interessados, mas nenhum é selecionado, em decorrência de inabilitação ou de desclassificação das propostas. Essa situação caracteriza o que a doutrina denomina de licitação
- (A) fracassada.
 - (B) nula.
 - (C) deserta.
 - (D) inútil.
 - (E) tentada.
- 39.** Para a contratação de associação de portadores de deficiência física, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, por órgãos ou entidades da Administração Pública, para a prestação de serviços ou fornecimento de mão de obra, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado, a lei
- (A) exige licitação na modalidade concorrência.
 - (B) permite a contratação direta por dispensa de licitação.
 - (C) exige a licitação na modalidade convite.
 - (D) autoriza a contratação direta por inexigibilidade de licitação.
 - (E) exige a licitação, mas esta pode ser feita na modalidade do pregão eletrônico.

40. Nos termos da Lei n.º 10.520/2002, iniciada a fase externa do pregão, examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao pregoeiro
- (A) declarar incontinênti o vencedor do certame e colher a sua assinatura no contrato.
 - (B) apregoar novamente os demais licitantes para que tenham a oportunidade de oferecer proposta mais vantajosa.
 - (C) submeter de imediato a proposta vencedora ao seu superior hierárquico para a devida aprovação.
 - (D) decidir motivadamente a respeito da sua aceitabilidade.
 - (E) solicitar ao interessado que apresente a declaração provando que cumpre os requisitos de habilitação do certame.
41. Conforme a Lei n.º 8.666/93, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica,
- (A) a lei exige o contrato assinado pelo fornecedor e por duas testemunhas.
 - (B) é indispensável o contrato assinado pelas partes, mas dispensáveis as testemunhas.
 - (C) é dispensável o termo de contrato.
 - (D) o pagamento deve ser feito, obrigatoriamente, no momento da entrega dos bens adquiridos.
 - (E) a minuta do contrato é obrigatória, bem como o respectivo edital ou ato convocatório da licitação.
42. No termos da lei que rege a concessão de serviços públicos (Lei n.º 8.987/95), a subconcessão do serviço concedido
- (A) é expressamente vedada.
 - (B) é permitida livremente, dispensada a anuência do poder concedente ou sua previsão contratual.
 - (C) é admitida, mesmo sem previsão no contrato, desde que expressamente autorizada pelo poder concedente.
 - (D) legal e contratualmente autorizada, será sempre precedida de concorrência.
 - (E) pode ser realizada, sem anuência do poder concedente, desde que prevista no contrato.
43. Para os efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101/2000), o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, excluídas as deduções legais, é denominado
- (A) balanço contábil.
 - (B) orçamento global líquido.
 - (C) orçamento financeiro bruto.
 - (D) recursos financeiros vinculados.
 - (E) receita corrente líquida.
44. Conforme o que dispõe a Lei n.º 13.278/02, do Município de São Paulo, o fornecimento de materiais em geral e a prestação de quaisquer serviços, em ambos os casos, desde que habituais ou rotineiros, poderão ser contratados
- (A) diretamente por dispensa de licitação.
 - (B) diretamente por ser caso de inexigibilidade de licitação.
 - (C) pelo sistema de registro de preços.
 - (D) verbalmente, sem a necessidade de contrato formal.
 - (E) por meio de convite dirigido a três fornecedores cadastrados.
45. A empresa Avesso Ltda. pretende participar de uma licitação e, para isso, lhe foi exigida a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT). Ao tentar obter esse documento, descobriu-se que ela possui uma dívida trabalhista cuja cobrança está na fase de execução judicial, mas que se encontra garantida por penhora suficiente nos autos. Nessa situação, e considerando o disposto na Lei n.º 12.440/11, é correto afirmar que a Avesso Ltda.
- (A) não poderá participar do procedimento licitatório, uma vez que não tem direito à obtenção da certidão negativa.
 - (B) tem direito a obter a certidão positiva com efeito de negativa que terá validade para permitir sua participação na licitação.
 - (C) poderá obter a certidão negativa para participar da licitação, posto que o processo judicial de cobrança da dívida ainda está em andamento.
 - (D) ficará dispensado de apresentar a certidão trabalhista no procedimento licitatório, uma vez que esse tipo de cobrança judicial não pode impedir sua participação.
 - (E) tem direito a obter a certidão trabalhista negativa, já que a lei exclui esse tipo de débito daqueles que impedem a expedição de certidão.

46. Nos moldes do Decreto Municipal n.º 48.042/06, os órgãos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional, bem como as Empresas Públicas e as Sociedades de Economia Mista deverão formular consulta pública nas licitações que realizarem, quando os valores estimados do contrato superarem _____, ou independentemente dos valores de contrato, sempre que a relevância, pertinência e complexidade do objeto assim o recomendar.
- Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna do enunciado.
- (A) um milhão de reais
 (B) cinco milhões de reais
 (C) dez milhões de reais
 (D) doze milhões de reais
 (E) quinze milhões de reais
47. O Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (Lei n.º 16.050/14) estabelece que, para garantir um desenvolvimento urbano sustentável e equilibrado entre as várias visões existentes no Município sobre seu futuro, o Plano Diretor observa e considera, em sua estratégia de ordenamento territorial, as seguintes cinco dimensões:
- (A) social, ambiental, imobiliária, econômica e cultural.
 (B) social, política, econômica, ambiental e estratégica.
 (C) local, micro, macro, estadual e nacional.
 (D) urbana, rural, individual, coletiva e difusa.
 (E) sustentabilidade, gerenciamento, planejamento, execução e manutenção.
48. O atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social, ao acesso universal aos direitos sociais e ao desenvolvimento socioeconômico e ambiental, incluindo o direito à terra urbana, à moradia digna, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho, ao sossego e ao lazer, conforme disposto no novo Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, está relacionado e compreendido diretamente pelo que a lei denomina de
- (A) Gestão Democrática.
 (B) Função Social da Propriedade Urbana.
 (C) Metas Sociais Urbanas.
 (D) Plano Estratégico da Cidade.
 (E) Função Social da Cidade.
49. Assinale a alternativa correta acerca das relações contratuais no direito brasileiro.
- (A) O instituto da *supressio* representa a supressão de determinada cláusula contratual em razão da hipossuficiência técnica ou econômica de uma das partes.
 (B) O princípio do dirigismo contratual representa uma limitação na liberdade de contratar, com o objetivo de preservar a equidade em determinadas relações.
 (C) O credor não tem o dever de evitar o agravamento do prejuízo que lhe causou o devedor.
 (D) O princípio da boa-fé objetiva alcança apenas os contratos típicos, na medida em que há irrestrita liberdade contratual nos contratos atípicos.
 (E) A proposta de contrato não obriga o proponente, salvo se a oferta for realizada ao público.
50. Com relação aos contratos por adesão, no âmbito da relação civil diversa da relação de consumo, é correto afirmar que:
- (A) não se admite a convenção de arbitragem como meio de solução de conflitos, assim como não se admite a cláusula de eleição de foro.
 (B) as cláusulas ambíguas ou contraditórias são nulas de pleno direito.
 (C) a possibilidade de alteração de determinadas cláusulas, como a forma de pagamento, não descaracteriza a natureza de contrato por adesão.
 (D) existe apenas para alguns contratos típicos, por expressa previsão legal.
 (E) a utilização desse tipo de contrato depende de prévia aprovação pela autoridade competente.
51. Determinada empresa que produz sucos celebrou contrato com produtor agrícola, tendo por objeto a compra e venda de safra futura de laranja. Acertaram o valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) pela compra e venda, a serem pagos em data determinada. Em razão de imprevistas intempéries climáticas, o agricultor entregou apenas 30% (trinta por cento) da quantidade prevista para uma safra considerada normal. Nesse cenário, de acordo com as disposições do Código Civil de 2002, é correto afirmar que
- (A) a empresa deverá pagar ao agricultor o valor integral da compra e venda.
 (B) o agricultor deverá suportar redução proporcional do preço, recebendo 30% (trinta por cento) do valor acordado.
 (C) o contrato deverá ser resolvido por onerosidade excessiva à empresa que adquiriu a safra.
 (D) por se tratar de menos de 50% (cinquenta por cento), a compradora terá a faculdade de recusar o recebimento da safra, ficando exonerada do pagamento.
 (E) o agricultor terá o prazo legal adicional de 60 (sessenta) dias para adquirir o produto no mercado e honrar com sua obrigação contratual.

52. Assinale a alternativa correta acerca do instituto do contrato preliminar no direito brasileiro.

- (A) O contrato preliminar, em razão de sua natureza, não pode ser registrado em cartório.
- (B) Para formação do contrato preliminar exige-se que haja obrigação por ambos os contratantes, sendo vedada a promessa unilateral.
- (C) O compromisso de compra e venda de bem imóvel não tem natureza de contrato preliminar.
- (D) É vedada estipulação de cláusula de arrependimento em contrato preliminar.
- (E) Regularmente concluído o contrato preliminar, qualquer das partes pode exigir a celebração do contrato definitivo.

53. Os vícios redibitórios, como se extrai do artigo 441 do Código Civil de 2002, constituem defeitos ocultos, que tornam a coisa imprópria ao uso a que é destinada, ou que lhe diminuam o valor.

Assinale a alternativa correta acerca dos vícios redibitórios.

- (A) Em caso de coisas vendidas conjuntamente, em regra, o defeito oculto de uma autoriza o comprador a rejeitar todas elas, redibindo o contrato.
- (B) Admite-se a estipulação de cláusula contratual afastando a responsabilidade do alienante pelos vícios redibitórios, desde que este desconheça a existência de vícios.
- (C) Constatando-se a existência de vícios redibitórios, cabe ao alienante a opção de redibir o contrato ou propor o abatimento no preço.
- (D) A rejeição da coisa com fundamento na existência de vício oculto pode se dar nos contratos comutativos e aleatórios, incluindo doações com encargo.
- (E) O fato do adquirente previamente possuir a coisa no momento da alienação não tem influência nos prazos legais para obter a redibição ou abatimento no preço.

54. Sobre o instituto da evicção, é correto afirmar que:

- (A) a aquisição em hasta pública inibe que o evicto pleiteie restituição do preço.
- (B) constatada a evicção, o alienante deve restituir em dobro o valor pago, a título de sanção civil, legalmente prevista.
- (C) se no momento da aquisição o adquirente sabia que a coisa era litigiosa, não poderá demandar pela evicção.
- (D) por tratar-se de questão de ordem pública, é nula de pleno direito a cláusula que exclui a responsabilidade pela evicção.
- (E) em caso de evicção parcial, ainda que considerável, o adquirente não pode exigir a rescisão do contrato, ressalvado seu direito à restituição de valor proporcional ao prejuízo suportado.

55. Na venda realizada *ad mensuram*, é correto afirmar que

- (A) se for menor o imóvel, o vendedor pode, a seu critério, complementar a área ou abater proporcionalmente o preço.
- (B) a diferença inferior a 1/20 (um vigésimo) da área total enunciada, em regra não gera pretensão ao comprador de resolução contratual ou indenização.
- (C) se o imóvel for menor, o comprador pode optar pela complementação da área ou abatimento proporcional do preço, mas não pode exigir a resolução do contrato.
- (D) se o imóvel for maior, poderá o vendedor exigir, a seu critério, a complementação do preço ou a devolução do excesso, se possível.
- (E) em se tratando de imóvel urbano, equivalem à venda *ad corpus*, cumprindo ao comprador o dever de verificar se as medidas enunciadas equivalem às medidas reais.

56. Assinale a alternativa correta no que tange ao compromisso de compra e venda.

- (A) Quando o compromisso de compra e venda, que não contenha cláusula de arrependimento, estiver registrado no cartório de registro de imóveis, o promitente comprador pode reivindicar o imóvel de terceiro que injustamente o detenha.
- (B) Independentemente da existência de registro do compromisso de compra e venda e da vigência de cláusula de arrependimento, o direito do promitente comprador do imóvel não constitui direito real.
- (C) Para que o promitente comprador exerça seu direito à adjudicação compulsória é necessário que o compromisso de compra e venda esteja registrado no cartório de registro de imóveis.
- (D) O registro do compromisso de compra e venda assinado pelas partes e por 2 (duas) testemunhas, e desde que não contenha cláusula de arrependimento, em regra é hábil à transmissão da propriedade imóvel.
- (E) Havendo estipulação de direito de arrependimento no compromisso de compra e venda, seu exercício pelo promitente comprador exige que o promissário vendedor devolva o valor do sinal.

- 57.** Entende-se por contrato estimatório aquele em que
- (A) o contratado avalia bem móvel de propriedade do contratante, apresentando-lhe o respectivo laudo de avaliação.
 - (B) o comodatário obriga-se à aquisição do bem do comodante ao final do prazo de vigência do comodato.
 - (C) o depositário obriga-se à guarda e conservação do bem do depositante, até que este lhe peça restituição.
 - (D) o consignante entrega bens móveis ao consignatário, que fica autorizado a vendê-los.
 - (E) as partes designam um terceiro para avaliação de um determinado bem, móvel ou imóvel.
- 58.** Assinale a alternativa correta acerca do contrato de doação.
- (A) Nas doações puras ou com encargo, presume-se que o donatário aceitou a doação, caso não se pronuncie no prazo fixado pelo doador para que manifeste seu aceite, desde que inequivocamente ciente do prazo assinalado.
 - (B) É nula a cláusula que estipula que o bem retorne ao patrimônio do doador caso este sobreviva ao donatário, na medida em que a disposição viola o ato jurídico perfeito.
 - (C) Na doação com encargo em benefício do interesse geral, o Ministério Público tem legitimidade para exigir o cumprimento do encargo, após a morte do doador, caso este não o tenha exigido.
 - (D) Após aperfeiçoada a doação, não pode o doador requerer sua revogação por inexecução do encargo, ressalvada a possibilidade de exigir perdas e danos.
 - (E) Caso a doação seja onerosa, é imprescindível que seja estipulado prazo determinado para execução do encargo, sob pena de nulidade do ato.
- 59.** Determinada empresa do ramo da construção civil alugou andaimes para execução de uma de suas obras na cidade de São Paulo. A empresa proprietária do equipamento, durante a vigência da locação, vendeu os bens para terceiro, sem aquiescência da locatária. O contrato não apresenta cláusula de vigência em caso de alienação, mas foi registrado no cartório de títulos e documentos. Nesse cenário, é correto afirmar que
- (A) o comprador deverá respeitar o contrato de locação, na medida em que a locatária não foi notificada para exercer sua prerrogativa legal de preempção.
 - (B) o comprador não ficará obrigado a respeitar o contrato, mas não poderá exigir a devolução do equipamento antes do prazo legal de 60 (sessenta) dias.
 - (C) o comprador deverá respeitar o contrato de locação, pois estava registrado em cartório, com ampla publicidade.
 - (D) o comprador não ficará obrigado a respeitar o contrato de locação, considerando que não há cláusula de vigência em caso de alienação.
 - (E) a locatária poderá pleitear a anulação do contrato de compra e venda, na medida em que a alienação prejudica sua posse direta sobre o equipamento.
- 60.** De acordo com a Lei n.º 8.245/1991, que dispõe sobre as locações de imóveis urbanos, assinale a alternativa correta acerca do direito de preempção.
- (A) Havendo condomínio no imóvel, a preempção do locatário terá prioridade sobre a do condômino.
 - (B) O direito de preempção alcança casos de venda, promessa de venda, cessão, promessa de cessão de direitos, dação em pagamento, permuta, doação e integralização de capital.
 - (C) Para que o locatário possa exercer seu direito de preempção, o locador deverá comunicá-lo por meio de notificação judicial, sob pena de ineficácia do ato.
 - (D) O direito de preempção não alcança ao sublocatário, mas este poderá exigir perdas e danos em face do locatário, caso a alienação traga algum prejuízo.
 - (E) Para que o locatário preterido em seu direito de preempção busque a propriedade do imóvel para si, o contrato de locação deve estar averbado junto à matrícula com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência à alienação.
- 61.** Assinale a alternativa correta no que tange aos contratos de depósito voluntário.
- (A) Se o bem houver sido depositado no interesse de terceiro, com ciência do depositário, deve haver aquiescência do terceiro para devolução do bem ao depositante.
 - (B) Ainda que o objeto tenha sido judicialmente embargado, ou sobre ele penda execução devidamente notificada ao depositário, este não pode recusar-se a restituir o bem ao depositante.
 - (C) O depositário não goza de direito de retenção em caso de não pagamento do valor ajustado pelo depósito, ressalvada a possibilidade de cobrança judicial, incluindo os honorários advocatícios.
 - (D) Em comprovada hipótese de caso fortuito ou força maior, o depositário responde pela deterioração do bem, ainda que tenha tomado todas as providências para guarda e conservação da coisa depositada.
 - (E) O depositário é legalmente obrigado a contratar seguro para casos de perecimento ou deterioração das coisas depositadas, comprovando ao depositante a vigência da apólice, no momento da contratação.
- 62.** É correto afirmar que no mandato conferido com a cláusula “em causa própria”:
- (A) o mandante pode revogá-lo a qualquer tempo, indenizando o mandatário por eventuais perdas e danos.
 - (B) não há sua extinção em decorrência da morte do mandante.
 - (C) o mandatário não fica dispensado da prestação de contas.
 - (D) o mandatário não pode transferir o domínio de bens imóveis para sua titularidade.
 - (E) é vedado pelo ordenamento jurídico brasileiro, sendo nulo de pleno direito.

63. Assinale a alternativa correta acerca do contrato de transporte, de acordo com as disposições constantes do Código Civil de 2002.

- (A) Não se admite que o transportador exija declaração do valor da bagagem para fins de fixar o limite da indenização.
- (B) O usuário que deixar de embarcar não terá direito ao reembolso do valor da passagem, ainda que outra pessoa seja transportada em seu lugar.
- (C) Em caso de interrupção da viagem, o transportador é obrigado a concluir o transporte contratado, salvo se a interrupção se deu por evento imprevisível.
- (D) Em regra, a culpa de terceiro não exonera o transportador da responsabilidade decorrente de acidente com passageiros.
- (E) O transportador não possui direito de retenção da bagagem de passageiro em caso de não pagamento do valor da passagem, ressalvada sua prerrogativa de cobrança.

64. Assinale a alternativa correta sobre os contratos de fiança.

- (A) Em regra, a fiança não compreende os acessórios da dívida e as despesas judiciais.
- (B) É nula a cláusula de renúncia ao benefício de ordem, seja o contrato paritário ou por adesão.
- (C) Não estipulada limitação temporal para a garantia, o fiador poderá exonerar-se a qualquer tempo, ficando imediatamente desobrigado desde o recebimento da notificação pelo credor.
- (D) Não é lícita a fiança conjunta, ou seja, a garantia da mesma dívida por mais de um fiador.
- (E) A fiança prestada sem autorização de um dos cônjuges, no regime da comunhão parcial de bens, implica na ineficácia total da garantia.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

65. Sobre a liquidação de sentença, é correto afirmar que:

- (A) da decisão de liquidação caberá agravo retido.
- (B) é defeso na liquidação discutir de novo a lide ou modificar a sentença que a julgou.
- (C) far-se-á liquidação por arbitramento quando, para determinar o valor da condenação, houver a necessidade de alegar e provar fato novo.
- (D) na liquidação por artigos, observar-se-á, no que couber, as regras gerais dos procedimentos especiais.
- (E) requerida a liquidação por arbitramento, o juiz nomeará um perito e fixará prazo preclusivo de 30 dias para entrega do laudo.

66. Sobre o instituto da execução provisória, previsto no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) Nos casos em que penda agravo perante o STJ e STF, dispensa-se a caução, salvo quando possa manifestamente resultar risco de grave dano de difícil e incerta reparação.
- (B) Corre por iniciativa, conta e responsabilidade do executado que se obriga, se a sentença for mantida, a reparar os danos que o exequente haja sofrido.
- (C) O levantamento do depósito em dinheiro e a prática de atos que importem alienação dependem exclusivamente de fiança bancária imposta pelo juiz, compelindo o executado a prestá-la, devendo ser depositada nos próprios autos.
- (D) Uma vez requerida, o exequente a instruirá com cópias simples do processo, podendo a parte declarar a autenticidade dos documentos sob sua responsabilidade.
- (E) A instrução da petição que dá início à execução provisória é composta apenas por cópia da sentença ou acórdão exequendo, decisão de habilitação e procuração outorgada pelas partes.

67. Sobre os prazos processuais descritos no Código de Processo Civil, é correto afirmar que

- (A) a Fazenda Pública terá o dobro de prazo para recorrer e o quádruplo de prazo para contestar nos processos em que for parte.
- (B) quando a lei ou o juiz não determinarem o prazo para cumprimento de determinada decisão, deverá tal determinação ser cumprida no prazo de cinco dias úteis.
- (C) havendo litisconsórcio e tendo as partes advogados diferentes, somente quando tal fato se der no polo passivo, os prazos serão contados em dobro para as partes.
- (D) a parte representada pelo Defensor Público terá o quádruplo de prazo para recorrer e o dobro de prazo para apresentar defesa nos processos em que for parte.
- (E) os prazos serão contados, incluindo-se o dia do início e excluindo-se o dia do final, suspendendo-se a contagem nos domingos.

68. O Código de Processo Civil, a respeito da competência, estabelece que

- (A) as ações que se fundarem em direitos pessoais deverão ser propostas exclusivamente no foro do domicílio do autor.
- (B) a ação fundada em direitos pessoais sobre bens imóveis deverão ser propostas exclusivamente no domicílio do réu.
- (C) as ações fundadas em direitos reais sobre bens imóveis, referentes a direito de vizinhança, servidão, propriedade, posse, divisão e demarcação de terras poderão ser propostas no foro de eleição ou no lugar da coisa.
- (D) o foro do domicílio do autor da herança, no Brasil, é o competente para o inventário e a partilha.
- (E) a ação em que o incapaz for réu se processará no domicílio de seus pais, independentemente de serem esses seus representantes.

- 69.** Sobre o instituto da citação, nos termos do que consta no Código de Processo Civil, é correto afirmar que
- (A) para validade do processo, é sempre dispensável a citação inicial do réu.
 - (B) a citação válida torna prevento o juízo, induz litispendência e faz litigiosa a coisa, sendo que, se ordenada por juízo incompetente, não constituirá em mora o devedor, mas interromperá a prescrição.
 - (C) incumbe à parte promover a citação do réu nos dez dias subsequentes ao despacho que a ordenar, não ficando prejudicada pela demora imputável ao serviço judiciário exclusivamente.
 - (D) a citação para ações de execução será feita preferencialmente pelo correio.
 - (E) a parte que requerer a citação por edital, alegando dolosamente que ignora o local onde o réu reside, ou ignora quem é o réu, incorrerá em multa de três vezes o valor do salário-mínimo vigente.
- 70.** Assinale a alternativa correta sobre as espécies da chamada Intervenção de Terceiros.
- (A) Caberá o manejo da oposição quando alguém pretender, no todo ou em parte, a coisa ou direito sobre que controvertem autor e réu, até ser proferida a sentença.
 - (B) É admissível a oposição ao devedor na ação em que o fiador for réu.
 - (C) Aquele que detiver a coisa em nome alheio, sendo-lhe demandada em nome próprio, poderá denunciar a lide ao proprietário e ao possuidor.
 - (D) O juiz poderá julgar, em momentos processuais distintos, a ação e a oposição.
 - (E) A nomeação à autoria é obrigatória àquele que estiver obrigado, pela lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo do que perder a demanda.
- 71.** Dentre os procedimentos previstos no Código de Processo Civil, encontram-se os chamados de especiais, no Livro IV. Sobre essas ações, assinale a alternativa correta.
- (A) Nas ações de depósito, caso o réu não entregue o bem, ser-lhe-á decretada prisão, considerando-o depositário infiel.
 - (B) Nas ações de prestação de contas, aquele que pretende exigi-las, requererá a citação do réu para que, no prazo de cinco dias, apresente-as ou conteste a ação.
 - (C) Na ação de reintegração de posse, o possuidor turbado tem o direito de ser reintegrado, e aquele que for esbulhado deverá propor ação de manutenção de posse.
 - (D) O prazo para contestação nas ações de nunciação de obra nova é de quinze dias.
 - (E) Nas ações de demarcação, feitas as citações, os réus terão prazo comum de 30 dias para contestar a ação.
- 72.** A respeito da prova documental, segundo as regras do Código de Processo Civil, é correto afirmar que:
- (A) em se tratando de ação de execução por título extrajudicial, a cópia digital desse documento servirá como prova para dar supedâneo ao procedimento, sendo obrigatório o depósito de tal cédula no cartório da respectiva vara por onde tramitar a ação.
 - (B) o documento particular, quando judicialmente for declarada sua falsidade, verá cessada sua fé, o que não ocorre com o documento público que nunca será objeto deste incidente.
 - (C) sempre que uma das partes requerer a juntada de um documento nos autos, o juiz ouvirá a outra, a seu respeito, no prazo de dez dias.
 - (D) tratando-se de provas por reprodução mecânica, como a fotográfica, cinematográfica ou fonográfica, impugnada sua autenticidade, o juiz determinará a realização de acareação das partes.
 - (E) a nota escrita pelo credor em qualquer parte do documento representativo da obrigação, ainda que não assinada, faz prova em benefício do devedor.
- 73.** No que concerne ao incidente de uniformização de jurisprudência e a declaração de inconstitucionalidade, previstos no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.
- (A) O Tribunal que pretender uniformizar sua jurisprudência sobre determinado assunto, dará interpretação a ser observada, cabendo apenas ao relator da divergência emitir o seu voto, para que, na sessão plenária, sejam analisados os argumentos esposados pelo colegiado.
 - (B) O chefe do Ministério Público, tratando-se de uniformização de jurisprudência, é solicitado a dar parecer somente nos casos que tratem de interesse público e naqueles onde haja participação de menores ou incapazes.
 - (C) Arguida a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, o relator, ouvido o Ministério Público, submeterá a questão à turma ou câmara, a que tocar o conhecimento do processo.
 - (D) O relator, na ação declaratória de inconstitucionalidade, considerando a relevância da matéria e a representatividade dos postulantes, poderá admitir, por decisão interlocutória, agravável a manifestação de outros órgãos ou entidades.
 - (E) Na uniformização de jurisprudência, o julgamento tomado pelo voto da maioria simples dos membros que integram o tribunal será objeto de súmula e constituirá precedente.

- 74.** Para que a petição inicial da execução fiscal preencha os requisitos da Lei Federal n.º 6.830/80, é correto afirmar que
- (A) indicará apenas o endereçamento, apontando para o juiz a quem é dirigida e o pedido que deverá ser certo e determinado ou genérico.
 - (B) deverá ser instruída com a Certidão da Dívida Ativa, considerada título executivo judicial, que dela fará parte integrante, como se estivesse transcrita.
 - (C) a petição inicial e a Certidão de Dívida Ativa poderão constituir um único documento, não sendo admitido que esses procedimentos tramitem pelos meios eletrônicos.
 - (D) a produção de provas pela Fazenda Pública depende de requerimento na petição inicial.
 - (E) o valor da causa será o da dívida constante da certidão da dívida ativa, com os encargos legais.
- 75.** No que tange ao cumprimento de sentença de obrigação de pagamento de quantia certa, é correto afirmar que
- (A) não poderá o exequente apresentar, em seu requerimento inicial, os bens do executado a serem penhorados, por ser este ato privativo do devedor.
 - (B) é obrigação exclusiva do oficial de justiça avaliar os bens que forem oferecidos à penhora, tendo em vista que a atual legislação determinou a esse auxiliar da justiça o papel de avaliador.
 - (C) não sendo requerida a execução da sentença em seis meses, o juiz mandará extinguir o processo, determinando seu arquivamento.
 - (D) o cumprimento de sentença efetuar-se-á perante o juízo que processou a causa em primeiro grau de jurisdição, podendo o exequente optar pelo local onde estão os bens do executado sujeitos à expropriação ou ainda o atual domicílio do executado, caso em que a remessa dos autos será solicitada ao juízo de origem.
 - (E) não havendo pagamento dos valores devidos no prazo de três dias, contados da intimação do advogado do executado ou da sua intimação pessoal quando não estiver assistido por procurador, sobre o valor total da dívida, recairá multa de dez por cento.
- 76.** Sobre a teoria geral dos processos cautelares, é correto afirmar que
- (A) quando a ação principal estiver em sede de recurso e houver necessidade de propor ação cautelar incidental, o juízo competente para analisar essa medida de urgência será o da causa principal em primeiro grau de jurisdição.
 - (B) a contestação dos procedimentos cautelares poderá ser apresentada pelo réu no prazo de dez dias a contar da juntada do mandado positivo aos autos.
 - (C) apenas em casos excepcionais, expressamente autorizados por lei, determinará o juiz medidas cautelares sem a audiência das partes.
 - (D) a medida cautelar só poderá ser substituída a pedido das partes, havendo necessidade de prestação de caução para que seja deferida.
 - (E) não sendo contestado o pedido, presumir-se-ão aceitos os fatos pelo requerido, tomando-os por verdadeiros, caso em que o juiz decidirá no prazo de três dias.
- 77.** A respeito das audiências previstas no Código de Processo Civil, é correto afirmar que
- (A) vige o sistema de reperguntas, onde os advogados das partes dirigem seus questionamentos diretamente para quem é inquirido e o indagado deve responder apenas para o juiz.
 - (B) quando o litígio versar sobre direitos patrimoniais de caráter privado, o juiz, de ofício, determinará o comparecimento das partes ao início da audiência de instrução e julgamento para tentativa de conciliação.
 - (C) encerrados os debates na audiência de instrução e julgamento, o juiz proferirá a sentença desde logo ou no prazo de quinze dias.
 - (D) a audiência não poderá ser adiada por convenção das partes, uma vez que a sua designação é ato imperativo do juízo.
 - (E) as provas devem ser produzidas em audiência na seguinte ordem: depoimento pessoal das partes, esclarecimentos do perito, testemunhas do autor, testemunhas do réu.

- 78.** Sobre a previsão legal constante no Título VIII, capítulo I, seção I do Código de Processo Civil, que versa sobre a petição inicial e julgamento liminar do mérito, é correto afirmar que
- (A) deverá a petição inicial ser instruída com os documentos dispensáveis à propositura da ação.
 - (B) verificando o juiz que a petição inicial não preenche os requisitos legais, deverá imediatamente indeferir-la.
 - (C) quando a matéria controvertida for de fato e de direito, tendo o juiz julgado causa idêntica prolatando sentença de improcedência, poderá dispensar a citação reproduzindo a decisão anteriormente proferida.
 - (D) o prazo para emenda e aditamento da petição inicial é de 10 dias, sendo que, se o réu não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial.
 - (E) nos litígios que versem sobre obrigações decorrentes de empréstimos, financiamento ou arrendamento mercantil, o autor deverá discriminar na petição inicial, dentre as obrigações contratuais, aquelas que pretende controverter, quantificando o valor incontroverso.
- 79.** A Lei n.º 7.347/85 disciplina as ações civis públicas. Sobre tal texto legal, é correto afirmar que
- (A) apenas os servidores públicos deverão provocar a iniciativa do Ministério Público, ministrando-lhe informações sobre fatos que constituam objeto da ação civil e indicando-lhe os elementos de convicção, para que esta seja proposta.
 - (B) independentemente do exercício de suas funções, se os juízes e tribunais tiverem conhecimento de fatos que possam ensejar a propositura da ação civil, remeterão peças ao Procurador Geral de Justiça para análise da possibilidade de manejo de uma ação civil pública.
 - (C) se o órgão do Ministério Público, independentemente de serem esgotadas todas as diligências, se convencer da inexistência de fundamento para a propositura da ação civil, promoverá o arquivamento dos autos do inquérito civil ou das peças informativas, fazendo-o fundamentadamente.
 - (D) para instruir a inicial, o interessado poderá requerer às autoridades competentes as certidões e informações que julgar necessárias, a serem fornecidas em 20 dias.
 - (E) na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz determinará o cumprimento da prestação da atividade devida ou a cessação da atividade nociva, sob pena de execução específica, ou de cominação de multa diária, se esta for suficiente ou compatível, independentemente de requerimento do autor.
- 80.** A apelação é o recurso que pode ser manejado por aquele que sucumbiu, no todo ou em parte, diante de uma sentença. Quando interposta, em regra, a ela é atribuído o efeito suspensivo e devolutivo. Dentre as alternativas a seguir, assinale a que consta sentença que terá eventual apelação recebida em ambos os efeitos.
- (A) Sentenças oriundas de processo cautelar.
 - (B) Aquelas que rejeitam liminarmente os embargos à execução ou os julga improcedentes.
 - (C) As derivadas de ações que condenem o sucumbente à indenização de danos materiais.
 - (D) Aquelas que confirmem os efeitos da antecipação de tutela.
 - (E) As sentenças que julgam procedentes o pedido de instituição de arbitragem.

